



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação oral

Nos últimos anos, graças ao aumento das receitas, a dimensão da reserva financeira do Governo da RAEM teve uma expansão evidente, logo, há que ficar mais prudente na utilização e gestão dessa reserva, equilibrando os respectivos riscos e retornos. No passado mês de Maio, os serviços competentes publicaram a Sinopse dos valores activos e passivos da reserva financeira de Macau, segundo a qual as reservas patrimoniais atingiram 564 677 milhões de patacas, das quais a reserva básica atingiu 148 888 milhões de patacas, a reserva extraordinária atingiu 400 291 milhões de patacas, e o resultado do exercício atingiu 15 498 milhões de patacas. Na realidade, desde o estabelecimento da reserva financeira da RAEM em 2012, a taxa de retorno anual mantinha-se, em média, em 1,7 por cento, e a taxa de retorno de investimento da reserva financeira em 2018 foi de 1,58 milhões de patacas, sendo que a taxa de retorno integrada foi de 0,33 por cento, muito inferior ao nível de inflação de Macau.

No Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM (2016-2020), são referidos o plano de longo prazo de concretização do investimento diversificado da reserva financeira da RAEM, e o plano de criação do Fundo de Desenvolvimento e Investimento. Em Julho passado, o Governo da RAEM apresentou a proposta de lei intitulada “Alteração do Orçamento de 2019” e propôs mobilizar uma parte da reserva financeira, enquanto valor do capital para a criação da Sociedade Gestora do Fundo para o Investimento e Desenvolvimento de Macau, S.A., constituída totalmente por capitais públicos, melhorando assim a carteira de investimentos. Ao mesmo tempo, o Fundo de Desenvolvimento e Investimento vai tomar parte nos projectos de cooperação da Grande Baía de Guangdong-HongKong-Macau, para alcançar os objectivos definidos para essa Baía. Porém, as empresas de capitais públicos ou os fundos carecem, actualmente, de uma fiscalização especializada definida legalmente, logo, a sociedade não conhece, de forma clara, o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

modelo de exploração, a transparência, as transferências da reserva financeira, o regime de fiscalização, etc., sobre o dito Fundo e, inevitavelmente, surgem dúvidas. Para clarificar as funções, bem como a necessidade e a questão temporal desse Fundo, é indispensável retirar a referida proposta de lei.

Mas, do ponto de vista da estratégia global de investimento, de facto, o Governo precisa de melhorar a gestão integrada dos investimentos da reserva financeira da RAEM e de introduzir instrumentos de investimento mais diversificados. É necessário considerar como aumentar, a longo prazo, a rentabilidade das reservas financeiras. Não se pode suspender a elaboração dos diplomas legais relativos à fiscalização das empresas ou fundos de capitais públicos, devendo o Governo da RAEM reforçar a divulgação das respectivas informações, para que o público possa ficar a par da situação.

Assim, interpelo sobre o seguinte:

1 - O Governo da RAEM publicou, no início de Outubro, o "Relatório de Avaliação Intercalar ao Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM (2016-2020) – Ponto de Situação da Implementação no período de 2016-2018", mas não mencionou nesse relatório a situação da reserva financeira. Qual é o ponto de situação dos investimentos da reserva financeira da RAEM? O Plano Quinquenal termina em 2020 e prevê-se que os trabalhos para a criação do Fundo de Investimento e Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) não sejam implementados no final do mesmo. Qual é a actual situação dos investimentos da reserva financeira da RAEM? No futuro, de que medidas dispõe o Governo para concretizar a diversificação dos investimentos da reserva financeira e de que planos viáveis dispõe para a valorização diversificada da mesma?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2 - No corrente ano, o Governo revelou que ia publicar as instruções sobre as finanças públicas das empresas de capitais públicos, para aumentar a transparência da situação financeira pública dessas empresas, e afirmou que, a longo prazo, seria necessário definir leis específicas para regular a situação financeira das empresas públicas, e também previu para este ano o início da consulta para o trabalho legislativo. Qual é o ponto de situação desse trabalho? As instruções já foram concluídas?

3 - O Governo afirmou que ia realizar uma consulta pública sobre a criação da Sociedade Gestora do Fundo para o Desenvolvimento e Investimento da RAEM, e uma sessão de esclarecimento na Assembleia Legislativa, para a sociedade conhecer melhor a intenção da criação dessa sociedade gestora de fundos e as respectivas políticas. Quando é que o Governo vai proceder a uma consulta pública para recolher as opiniões dos diversos sectores da sociedade? Existe alguma calendarização para o efeito? Será que é necessário aguardar pelo próximo Governo para a fazer?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Ho Ion Sang

31 de Outubro de 2019